

IMPAR – COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS, S.A.R.L.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montante expressos em Escudos de Cabo Verde – ECV)

NOTA INTRODUTÓRIA

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. (adiante designada por IMPAR) foi constituída em 06 de Janeiro de 1992, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, dedicando-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos “Vida” e “Não Vida” para a qual obteve as devidas autorizações no âmbito da competência que lhe é atribuída pelo Banco de Cabo Verde de acordo com a alínea e) do artigo 22º e 23º da Lei Orgânica.

O capital social da IMPAR está representado por 400.000 ações, sendo 40% participados com capitais portugueses e detidos pela JVC – Holding, SGPS, S.A., QUINTA DO SOLAR DO ARCEBISPO, AGROTURISMO, S.A. e GEOCAPITAL – Sociedade de Gestão e Participação, S.A. e os restantes 60% por um Grupo de Empresas e pequenos Empresários nacionais.

As notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”), aprovado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) pela Norma Regulamentar nº 4/2010, de 28 de Junho, a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Relato Financeiro de Contabilidade (NIRF), nos termos do nº 2 do presente, com exceção da norma internacional de Relato Financeiro 4 (IFRS 4) da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas seguradoras. As notas cuja numeração se encontra ausente, não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

I – Informações gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da companhia de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada (o local principal dos negócios, se diferente da sede registada)

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A. (“IMPAR”) tem o seu domicílio registado na cidade do Mindelo, sendo o seu capital social de 400.000.000\$00 repartido por Entidades Estrangeiras 40% e Empresas e empresários Nacionais com 60%.

As Contas ora apresentadas, refletem o resultado das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012.

A estrutura organizacional da Companhia é constituída por duas sedes, uma Social e outra Administrativa, sendo a principal e primeira a do Mindelo e a outra na cidade da Praia devido a dimensão mercadológica, o número populacional e o movimento do mercado que para a área comercial constitui o centro nevrálgico para o negócio. Para a sua expansão comercial tem como canas de distribuição, dez (10) Escritórios distribuídos pelas Ilhas de Santiago: Escritório de Achada Santo António e o de Assomada e a mais recente o de Santa Cruz; na Ilha do Sal com o Escritório de Espargo e o de Santa Maria; na Ilha do Fogo, o de São Filipe; na Boavista na Vila Sal Rei, o Escritório da Boavista; em Santo Antão, tem um na Ribeira Grande e outro no Porto Novo e em S. Nicolau o de Ribeira Brava e está em vias de ser implantado um outro Escritório no Tarrafal de S. Nicolau.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.

Num ano difícil para a atividade económica em geral a atividade aumentou o seu peso relativo na atividade económica com a produção de seguro direto a crescer cerca de 5,3% em relação ao ano precedente para um montante de 881.891 contos.

O crescimento da atividade da IMPAR foi impulsionado fundamentalmente pela entrada na carteira da Companhia dos negócios dos TACV.

2. Informação por segmentos.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os prémios brutos emitidos ascenderam a ECV 881.890.605 e ECV 837.808.066, respetivamente, e dizem exclusivamente a contratos celebrados em Cabo Verde. Devido a exiguidade do mercado que constitui o País, só existe um segmento geográfico.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os seguros do ramo vida em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, contribuíram para o total de prémios brutos emitidos em ECV 60.912.030 e ECV 52.715.525, respetivamente, correspondendo, em termos percentuais, a 6,9% e 6,3%. Portanto, valores ainda pouco significativos.

Os principais valores, por segmentos de negócio da Companhia, são os seguintes:

IAS 14 - Nota III

RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Montantes expressos
em ECV

	2013								
	Total Geral	Total Vida	Total Ramos não Vida	Acidentes Doença	Incêndio e Outros Danos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil	Diversos - Cauções
Prémios brutos emitidos	881.890.605	60.912.030	820.978.575	114.937.001	147.776.144	295.552.287	172.405.501	73.888.072	16.419.572
Prémios de resseguro cedido	363.867.398	17.680.945	346.186.453	38.157.418	112.067.210	20.826.807	138.871.660	35.662.056	,00
Prémios brutos adquiridos	932.820.674	60.912.030	871.908.644	122.067.210	156.943.556	313.887.112	183.100.815	78.471.778	17.438.173
Resultado dos investimentos	37.245.862	5.304.417	31.941.445	4.471.802	5.749.460	11.498.920	6.707.703	2.874.730	638.829
Custos com sinistros brutos	219.858.025	37.417.852	350.846.487	49.118.508	63.152.368	126.304.735	73.677.762	31.576.184	7.016.930
Custos de exploração brutos	85.860.556	5.984.807	153.607.210	21.505.009	27.649.298	55.298.596	32.257.514	13.824.649	3.072.144
Resultado da conta técnica	67.520.271	12.941.057	104.960.027	14.694.404	18.892.805	37.785.610	22.041.606	9.446.402	2.099.201
Activos afectos à representação									
das provisões técnicas	1.443.599.773	148.490.000	1.295.109.773	181.315.368	233.119.759	466.239.518	271.973.052	116.559.880	25.902.195
Provisões técnicas	732.153.246	93.892.280	638.260.966	89.356.535	114.886.974	229.773.948	134.034.803	57.443.487	12.765.219

RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Montantes expressos em ECV

	2012								
	Total Geral	Total Vida	Total Ramos não Vida	Acidentes Doença	Incêndio e Outros Danos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil	Diversos – Cauções
Prémios brutos emitidos	837.808.066	52.715.525	785.092.541	104.471.878	159.970.430	346.902.901	100.273.810	55.200.211	18.273.311
Prémios de resseguro cedido	306.833.079	14.515.584	292.317.495	38.385.125	59.054.039	129.918.887	38.385.125	20.668.914	5.905.404
Prémios brutos adquiridos	839.408.148	52.715.525	786.692.623	103.303.072	158.927.803	349.641.166	103.303.072	55.624.731	15.892.780
Resultado dos investimentos	64.499.785	10.705.700	53.794.085	6.993.231	10.758.817	24.207.338	6.993.231	3.765.586	1.075.882
Custos com sinistros brutos	276.952.353	61.375.090	215.577.263	28.025.044	43.115.453	97.009.768	28.025.044	15.090.408	4.311.545
Custos de exploração brutos	145.674.335	5.080.465	140.593.870	18.277.203	28.118.774	63.267.242	18.277.203	9.841.571	2.811.877
Resultado da conta técnica	108.263.298	14.308.331	93.954.967	12.214.146	18.790.993	42.279.735	12.214.146	6.576.848	1.879.099
Activos afectos à representação									
das provisões técnicas	1.348.889.288	125.591.000	1.223.298.288	159.028.777	244.659.658	538.251.247	69.972.662	85.630.880	24.465.966
Provisões técnicas	700.576.118	67.442.739	633.133.379	82.307.339	126.626.676	278.578.687	82.307.339	44.319.337	221.596.683

3. – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras são: (i) expressas em Escudos Cabo-verdianos (“ECV”); (ii) preparadas de acordo com o PCES; (iii) os ativos e passivos foram registados ao justo valor, nomeadamente, os ativos financeiros que foram valoradas à melhor

estimativa do justo valor à data de 31 de Dezembro de 2013, através da cotação na Bolsa de Valores; (iv) para os ativos e passivos das empresas participadas que estão fora da Bolsa de Valores e que as contas ainda não estavam aprovadas foram valoradas através do método de equivalência patrimonial, classificados com disponíveis para venda; (v) preparadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, ou seja, os rendimentos e gastos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos; e (v) preparadas de acordo com o princípio da continuidade do negócio.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes dos rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras que enformam o Balanço, Ganhos e Perdas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, que encontram-se analisadas nas notas 1, 2 e 3.

4.1 – Principais políticas contabilísticas e bases de mensuração

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro cedido são registados respetivamente como rendimentos e gastos do exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido são abordadas nas notas 25 e 27 de ganhos e perdas.

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS, DA VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADUIRIDOS E DOS PRÉMIOS ADQUIRIDOS

Ramos Técnicos	Prémios brutos	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Montantes expressos em ECV		Variação de provisões para prémios adquiridos	Prémios adquiridos
				Prémios emitidos	Prémios brutos		
Vida	60.912.030		60.912.030		52.715.525		52.715.525
Acidentes e doença							
Acidentes de Trabalho	81.362.011	862.927	82.224.938	67.719.659		-30.268	67.689.391
Acidentes pessoais e doença	37.807.829	971.061	38.778.890	36.752.219		-2.244.285	34.507.934
Incêndio e outros ramos	158.374.912	-6.031.057	152.343.855	159.970.430		17.219.793	177.190.223
Automóvel							
Responsabilidade civil	236.567.159	-3.175.735	233.391.424	242.887.267		-2.818.169	240.069.098
Outras coberturas	82.992.157	-2.713.087	80.279.070	104.015.634		-1.985.335	102.030.299
Transportes							
Marítimo Cascos	25.963.195	825.779	26.788.974	29.026.677		-3.437.284	25.589.393
Transporte Mercadoria	50.123.783	-2.906.516	47.217.267	71.247.133		308.238	71.555.371
Aero							
Aeronaves Cascos	50.141.917	50.340.919					
Responsabilidade Civil Aeronaves	38.349.662	38.501.924					
Respons. Civil Abast. Aviação	17.277.187	1.628.485					
Inibição de Voo	3.706.670	0					
Responsabilidade Civil Geral	28.757.636	-2.758.609	25.999.027	55.200.211		-9.951.804	45.248.407
Diversos	9.554.457	-2.294.887	7.259.570	18.273.311		4.539.196	22.812.507

Total	881.890.605	73.251.204	955.141.809	837.808.066	1.600.082	839.408.148
-------	-------------	------------	-------------	-------------	-----------	-------------

Investimentos em associadas

ANEXO 1

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos Designação	Quantidade	Montante nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de	Valor de
							Unitário (*)	Total
	I - Investimentos de Capital e Unidades de participação							
	1.1. Ações							
	CECV - Caixa Ecnómica de Cabo Verde, S.a.r.l.	168.032	1.000,00	100%	1.880,34	315.947.287,86	3.000,00	504.096.000,00
	CVTELECOM, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	4.800,00	7.200.000,00	6.551,50	9.827.242,68
	ENACOL, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	2.100,00	3.150.000,00	3.740,00	5.610.000,00
	IMOPAR, S.a.r.l.	4.000	1.000,00	100%	1.000,00	4.000.000,00	1.000,00	4.000.000,00
	GMT - CABO VERDE, S.A.	7.500	2.750,00	100%	2.750,00	20.625.000,00	2.750,00	20.625.000,00
	Sub- Total	182.532				350.922.287,86		544.158.242,68
	1.2. Títulos de participação							
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA *	5.000	1.000	100%	1.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00
	CABO VERDE FAST FERRY,LDA *	10.000	1.000	100%	1.027,31	10.273.125,00	0,00	0,00
	Sub- Total	15.000	1.000	100%		15.273.125,00		0,00
	1.3. Unidades de participação de Fundos de Investimentos Mobiliário							
	Sub- Total	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.4. Unidades de participação de Fundos de Investimentos imobiliário							
	TECNICIL , S.A.R.L.	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	Sub- Total	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
	1.5. Outros							
	SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	22.198	1.000	100%	2.200,00	48.835.600,00	1.294,25	28.729.761,50
	Sub- Total	273	1.000	100%	2.300,00	627.900,00	1.294,25	353.330,25
		22.471	1.000	1	2.201,21	49.463.500,00		29.083.091,75
	2. Títulos da Dívida							
	2.1. De Dívida Pública							
	Obrigações							
	CVOT50314-20001091 - 15-12-2010	2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00
	CVOT50314-20001302 - 24-09-2013	48.880	1.000	100%	1.000	48.880.000,00	1.000	48.880.000,00
	Sub- Total	51.380				73.880.000,00		73.880.000,00
	Obrigações							
	Outros Títulos -	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
		0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0
	2.2. De outros emissores públicos							
	Obrigações							

	OELE B 6,650% -2017 9.521 Obrigações	9.521	1.000	1	1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
		9.521	1.000		1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
	Outros Títulos							
	2.2. De outros emissores							
	INPHARMA,SA	15.089	1.000	100%	1.000,00	15.089.000,00	1.000,00	15.089.000,00
						15.089.000,00		15.089.000,00
	3. Estrangeiros							
	Sub- Total							
	Total geral ...					564.148.912,86		721.731.334,43

Nota: encontram-se em imparidade desde do exercício de 2012.

i)- Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacentes, essencialmente como ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber (nota 5).

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) que não se enquadrem na categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos a deter até à maturidade ou empréstimos e contas a receber.

Os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados neste elemento do ativo os depósitos a prazo em instituições de créditos.

ii) – Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alineações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação “trade date”, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição adicionados dos custos de transação.

Estes ativos são despreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) A Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) – Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam despreconhecidos ou seja identificada um perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos recebidos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente “bid-price”. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizado (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento: e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor, são registados ao custo de aquisição.

(iv) – Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, a Companhia não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

(v) – Imparidade

A Companhia avalia se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, através dos resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Relativamente aos títulos representativos de capital, a Companhia entende que uma desvalorização de 30% no seu justo valor, face ao seu custo de aquisição, é significativa, e que uma desvalorização do seu justo valor face ao seu custo de aquisição, durante seis meses consecutivos, é prolongada.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, corresponde à diferença entre o custo de aquisição deduzido de qualquer perda de imparidade e o seu justo valor atual, é transferida para resultados. No que respeita a títulos de dívida, se um período subsequente o montante de perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até a reposição do custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, a perda por imparidade anteriormente reconhecida não é reversível.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade , qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidos) originará uma perda por imparidade adicional.

Encontra-se nessa situação as obrigações da Cabo Verde Fast Ferry que no ano de 2012 devido a situação difícil que atravessava, por uma questão de prudência, achou-se por bem que o valor das ações fossem considerado em imparidade pela totalidade do custo de aquisição, ou seja, pelo valor de ECV 15.273.125.

De acordo com a IAS 32, no presente exercício foi reconhecido ajustamentos nos ativos financeiros disponíveis para venda devido a cotação na Bolsa de Valores das ações da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde ter-se verificado uma ligeira subida, produzindo um ajustamento de ECV 53.871.059,20 e um ajustamento das ações da SITA, S.A. no valor de menos 20.380.408,25 ECV, para além de uma imparidade nas ações da CVTELECOM de 1.550.910 ECV e, por último, um ajustamento de verificado nas ações da ENACOL no valor de ECV 885.000,00 pelo justo valor valoradas no mercado bolsista.

b) - Instrumentos financeiros derivados (derivados imbutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade.

No exercício de 2013, a Companhia não efetuou qualquer transação, ou detém direitos ou obrigações, sobre qualquer tipo de instrumento financeiro derivado.

c) – Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contatual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos (nomeadamente, depósitos recebidos de resseguradores).

Estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

d) – Operações em moedas estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de transação (divulgadas pelo Banco de Cabo Verde e outros bancos). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para ECV à taxa de câmbio em vigor na data da operação pela banca comercial. As Instituições Bancárias ao receberem as transferências do exterior convertem, imediatamente, as unidades monetárias recebidas em moeda nacional o que neutraliza a aparição de diferenças cambiais resultantes dessas conversões. Portanto, não são reconhecidas em resultados.

e) – Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas com base no método de quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem à vida útil esperadas dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	4 - 8 Anos
Maquinas e ferramentas	4 -5 Anos
Equipamento informático	4- 5 Anos
Material de transporte	8 Anos
Instalações Interiores	10 Anos
Outro equipamento	10 Anos
Objetos de obra de arte	

A vida útil esperada dos bens rege pela taxa indicada na Portaria nº 3/87 podendo ser revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas de imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Em 31 de Dezembro de 2013, tal qual em 2012, os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos no Balanço pelo montante bruto de 163.222.532 ECV e líquido de ECV 41.177.419 ECV, sendo os Terrenos com 30.423.967 ECV, os Edifícios de uso próprio no valor líquido de líquido de 209.400.063 ECV e os edifícios de rendimento no montante líquido de 214.671.560 ECV.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.

Montante
expresso em ECV

Rubricas	Saldo inicial			Aumentos Aquisições	Transferências e abates	Alienações / Abates							Valor Líquido	
	Valor bruto	Depreciações + Imparidades	Valor Líquido				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Depreciações + Imparidade	Abate		
TERRENOS DE USO PRÓPRIO														
Edifício da Sede Social - Mindelo	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.830.000,00	0,00	0,00	0,00	18.830.000,00		0,00		18.830.000,00	
Edifício da Sede Administrativa - Praia	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.046.720,00	0,00	0,00	0,00	9.046.720,00		0,00		9.046.720,00	
Terreno - Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	-587.719,00	0,00	0,00	0,00	587.719,00		0,00		587.719,00	
Terreno - Boavista	0,00	0,00	0,00	0,00	-770.100,00	0,00	0,00	0,00	770.100,00		0,00		770.100,00	
Terreno - Porto Novo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189.428,00	0,00	1.189.428,00			0,00		1.189.428,00	
Sub-total - I	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.234.539,00	0,00	1.189.428,00	0,00	30.423.967,00		0,00		30.423.967,00	
EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO														
Edifício da Sede Social - Mindelo	71.216.091,00	3.216.091,00	68.000.000,00	0,00	18.830.000,00	0,00	661.123,00	0,00	49.831.123,00	5.200.496,94	1.993.244,92		42.637.381,14	
Edifício da Sede Administrativa - Praia	40.174.980,00	0,00	40.174.980,00	0,00	9.046.720,00	0,00	31.128.260,00	0,00	0,00	2.490.260,80	933.847,80	3.424.108,60	0,00	
Novo edifício da Sede Administrativa - Praia														
Escritório na Achada Stº António - Regulação no Sal	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00	600.000,00	300.000,00		6.600.000,00	
Escritório de Espargos no Sal	31.520.000,00	0,00	31.520.000,00	0,00	587.719,00	0,00	433.810,00	0,00	31.366.091,00	2.521.600,00	1.254.643,64		27.589.847,36	
Escritório em Santa Maria - Sal	8.421.050,00	0,00	8.421.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.421.050,00	673.684,00	336.842,00		7.410.524,00	
Terreno - Boavista														
Escritório na Assomada - Stº Catarina	10.621.005,00	0,00	10.621.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.621.005,00	849.680,40	424.840,20		9.346.484,40	
Apartamento da IMPAR em Monte Sossego														
Apartamento da IMPAR na ASA - Praia	7.750.000,00	0,00	7.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.750.000,00	620.000,00	310.000,00		6.820.000,00	
Sub-total II	177.503.126,00	3.216.091,00	173.987.035,00	0,00	35.927.539,00	0,00	31.128.260,00	0,00	226.772.912,00	12.955.722,14	7.841.235,30	3.424.108,60	209.400.063,16	
Total I+II	183.896.126,00	3.216.091,00	180.680.035,00	0,00	0,00	31.128.260,00	107.645.104,00	0,00	257.196.879,00	12.955.722,14	14.534.235,30	3.424.108,60	239.824.030,16	

NOTA 8.2

IMOBILIZAÇÕES E CORPÓREAS TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.

em ECV

Rubricas	Saldo inicial			Aumentos Aquisições	Transferências e abates	Alienações / Abates					Valor Líquido
	Valor bruto	Depreciações + Imparidades	Valor Líquido				Aquisições	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	
TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTOS											
Apartamento da IMPAR em Monte Sossego - Mindelo	6.693.000,00	-266.077,81	6.693.000,00	0,00	6.693.000	0,00	0,00	266.077,81		0,00	0,00
Prédio -Ex Edilter - em Chã d'Alecrim	14.335.918,00	-569.919,26	13.765.998,74	0,00	0,00	0,00	0,00	569.919,26	14.335.918,00	0,00	14.335.918,00

Prédio - Farmácia Africana - Praia	23.000.000,00	-914.356,72	22.085.643,28	0,00	0,00	0,00	0,00	914.356,72	23.000.000,00	0,00	23.000.000,00
Armazém da Ex- OM TRADING - Achada Grande Frente	60.000.000,00	2.385.278,41	57.614.721,59	0,00	0,00	0,00	0,00	2.385.278,41	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00
Armazém da Ex- COMAT - Achada Grande Frente	25.977.823,10	1.032.739,01	24.945.084,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.032.739,01	25.977.823,10	0,00	25.977.823,10
Instalações da Ex- Confecções Porto Grande - Mindelo	80.000.000,00	3.180.371,22	76.819.628,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180.371,22	80.000.000,00	0,00	80.000.000,00
Prédio no Plateau - Adquirido ao Sr. Felisberto Furtado	10.000.000,00	-397.546,40	9.602.453,60	0,00	0,00	0,00	0,00	397.546,40	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
Terreno nos Espargos - Sal	587.719,00	-23.364,56	564.354,44	0,00	0,00	0,00	0,00	23.364,56	587.719,00	0,00	587.719,00
Terreno na Boavista	770.100,00	-30.615,05	739.484,95	0,00	0,00	0,00	0,00	30.615,05	770.100,00	0,00	770.100,00
Sub-total	221.364.560,10	8.800.268,44	212.564.291,66	0,00	0,00	0,00	8.800.268,44	214.671.560,10	0,00	214.671.560,10	

Notas 5,6,7

INVESTIMENTOS

O saldo desta cont é analisada como segue:

		31-12-2013		31-12-2012	
		ECV.'000	ECV.'000	ECV.'000	ECV.'000
Nota 5 ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (CECV, CVTELECOM,ENACOL,IMOPAR,SITA, GMT)					
	CECV, S.A.	504.096.000,00		450.224.136,00	
	CVTELECOM, S.A.	9.827.242,68		11.378.958,00	
	ENACOL, S.A.	5.610.000,00		4.725.000,00	
	IMOPAR, Lda	4.000.000,00		4.000.000,00	
	SITA, S.A.	29.083.091,80		0,00	
	GMT - CABO VERDE,SA	20.625.000,00		7.618.600,00	
		0	573.241.334,48	0,00	477.946.694,00
Nota 6 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS -OUTROS DEPÓSITOS					
	CECV, S.A. - DEPÓSITOS À PRAZO	250.000.000,00		250.000.000,00	
	BCN - DEPÓSITOS À PRAZO	0,00	250.000.000,00	100.000.000,00	350.000.000,00
Nota 7 TÍTULOS DE DÍVIDA - OBRIGAÇÕES					
	BCN - OBRIGAÇÕES DO TESOURO	73.880.000,00		66.070.000,00	
	ELECTRA - OBRIGAÇÕES	9.521.000,00		9.521.000,00	
	CVFF - OBRIGAÇÕES	0,00		0,00	
	INPHARMA, S.A.	15.089.000,00			
	OBRIGAÇÕES - TECNICIL, S.A.	50.000.000,00	148.490.000,00	50.000.000,00	125.591.000,00
Nota 8 INVESTIMENTOS AFECTOS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS					
	EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	257.196.879,00		173.987.035,00	
	EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO	214.671.560,05	471.868.439,05	221.364.560,00	395.351.595,00
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM 31 DEZEMBRO DE 2013/2012					
		1.443.599.773,53	1.443.599.773,53	1.348.889.289,00	1.348.889.289,00

Nota 9 A rubrica de Outros Activos Tangíveis da Companhia é analisada como segue:

Outros Activos tangíveis

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	42.778.937	34.335.459	8.443.478
Máquinas e Ferramentas	8.740.601	8.339.313	401.288
Equipamento Informático	51.203.948	40.780.939	10.423.009
Instalações Interiores	3.841.464	2.452.282	1.389.182
Material de Transporte	53.497.785	33.815.149	19.682.636
Outros Equipamentos	1.568.628	818.357	750.271
Património Artístico	1.591.170	1.503.615	87.555
	163.222.533	122.045.114	41.177.419

Nota 10

Activos Intangíveis

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de Desenvolvimento	3.536.041,00	0,00	3.536.041,00
Despesas com aplicações informáticas	12.601.302,00	0,00	12.601.302,00
	16.137.343,00	0,00	16.137.343,00

Nota 11

Activos Tangíveis em Curso

Imobilizados em Curso	0	0	0
TOTAL	0	0	0

Nota 12

Existências - Salvados

Salvados	47.966
----------	--------

Nota 13

ECV. '000

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições e benfeitorias</u>	<u>Transferências e alienações</u>	<u>Imparidade, Depreciações /Amortizações</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>Saldo Final</u>
De serviço Próprio						
Terrenos	0,00	0,00	30.423.967,00	0,00		30.423.967,00
Edifícios	<u>180.680.035,00</u>	<u>106.455.676,00</u>	<u>60.362.799,00</u>	<u>17.372.849,00</u>		<u>209.400.063,00</u>
	<u>180.680.035,00</u>	<u>106.455.676,00</u>	<u>90.786.766,00</u>	<u>17.372.849,00</u>		<u>239.824.030,00</u>
De rendimentos						
Terrenos e edifícios	<u>212.564.291,66</u>	<u>0,00</u>	<u>8.800.268,44</u>	<u>6.693.000,00</u>		<u>214.671.560,10</u>
	<u>212.564.291,66</u>	<u>0,00</u>	<u>8.800.268,44</u>	<u>6.693.000,00</u>		<u>214.671.560,10</u>
Activos Tangíveis em Curso /Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00			0,00
Adiantamento por conta	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		<u>0,00</u>
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>		<u>0,00</u>
	<u>393.244.326,66</u>	<u>106.455.676,00</u>	<u>99.587.034,44</u>	<u>24.065.849,00</u>		<u>454.495.590,10</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita em os imóveis de uso próprio afectos à actividade são amortizados à taxa de 4%.

O saldo desta conta é analisada como segue:

Nota 14

INVESTIMENTOS AFECTOS AO RAMO VIDA

	31-12-2013	31-12-2012
	ECV.'000	ECV.'000
BCN - OBRIGAÇÕES DO TESOURO	73.880.000	66.070.000
ELECTRA - OBRIGAÇÕES	9.521.000	9.521.000
CVFF - OBRIGAÇÕES	0	0
OBRIGAÇÕES - TECNICIL, S.A.	50.000.000	50.000.000
OBRIGAÇÕES - INPHARMA, S.A.	15.089.000	0
TOTAL DOS INVESTIMENTOS AFECTOS A RAMO VIDA 2011/2010	148.490.000	148.490.000
	125.591.000	125.591.000

Nota 15

INVESTIMENTOS AFECTOS AO RAMO NÃO VIDA

	31-12-2013	31-12-2012
	ECV.'000	ECV.'000
ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (CECV, CVTELECOM,ENACOL,IMOPAR)		
CECV, S.A.	504.096.000	450.224.136
CVTELECOM, S.A.	9.828.045	11.378.958
ENACOL, S.A.	5.610.000	4.725.000
IMOPAR, Lda	4.000.000	4.000.000
GMT - CABO VERDE, S.A.	20.625.000	
Ações da SITA, S.A.	29.082.289	573.241.334
		7.618.600
		477.946.694
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - OUTROS DEPÓSITOS		
CECV, S.A. - DEPÓSITOS À PRAZO	250.000.000	250.000.000
BCN - DEPÓSITOS À PRAZO	0	250.000.000
		100.000.000
		350.000.000
INVESTIMENTOS AFECTOS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	250.503.879	173.987.035
EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO	221.364.560	471.868.439
		221.364.560
		395.351.595
	1.295.109.773	1.295.109.773
	1.223.298.289	1.223.298.289

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - 2013

RAMOS TÉCNICOS	2013			Montantes expresso em ECV	
	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Variação de provisão para sinistros	Variação de provisão para riscos em curso	Variação de Provisão para desvios de sinistralidade	Total das variações das Provisões Técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	862.927	25.653.507	0	0	26.516.434

Acidentes pessoais e doença	971.061	-2.552.536	0	0	-1.581.475
Incêndio e outros ramos	-6.031.057	-8.378.500	0	0	-14.409.557
Automóvel					
Responsabilidade civil	-3.175.735	-15.110.337	0	0	-18.258.515
Outras coberturas	-2.713.087	43.259.818	0	0	40.546.731
Transportes					
Marítimo Cascos	825.779	-16.516.884	0	0	-15.691.105
Transporte Mercadoria	-2.906.516	6.002.020	0	0	3.095.504
Responsabilidade Civil Geral	-2.758.609	-1.436.525	0	0	-4.195.134
Aeronaves (Cascos)	50.340.919				
Responsabilidade Civil Aeronaves	38.501.924				
Responsabilidade Civil Aviação	1.628.485				
Diversos	-2.294.887	782.492	0	0	-1.512.395
Total	73.251.204	31.703.055	0	0	104.981.816

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - 2012

Ramos Técnicos	2012				Montants expressos em ECV
	Variação de provisões para prémios não adquiridos	Variação de provisão para sinistros	Variação de provisão para riscos em curso	Variação de Provisão para desvios de sinistralidade	
Acidentes e doença					
Acidentes de Trabalho	-30.268	-3.194.346	0	0	-3.224.614
Acidentes pessoais e doença	-2.244.285	-2.872.162	0	0	-5.116.447
Incêndio e outros ramos	17.219.793	-3.354.024	0	0	13.865.769
Automóvel					
Responsabilidade civil	-2.818.169	12.398.637	0	0	9.580.468
Outras coberturas	-1.985.335	4.588.155	0	0	2.602.820
Transportes					
Marítimo Cascos	-3.437.284	11.137.286	0	0	7.700.002
Transporte Mercadoria	308.238	-18.117.347	0	0	-17.809.109
Responsabilidade Civil Geral	-9.951.804	-9.563.223	0	0	-19.515.027
Diversos	4.539.196	0	0	0	4.539.196
Total	1.600.082	-8.977.024	0	0	-7.376.942

4.1.2. As Provisões técnicas e variações nas provisões

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com o Aviso nº 5/2010 de 28 de Junho, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor. A análise quantitativa da provisão para prémios não adquiridos é abordada na nota 4.1.3.

Refira-se que a variação da provisão para sinistros não coincide com a diferença entre os valores das provisões para sinistros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, devido ao facto de a variação da provisão para sinistros também afetada: (i) pela dedução dos montantes recuperáveis relativos a reembolsos a emitir, e (ii) pela variação das responsabilidades futuras estimadas, relativas a entregas a efetuar ao INPS para o Fundo de Acidentes de Trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões técnicas de seguro direto líquidas de custos de aquisição, apresentam a seguinte composição, por ramos técnicos:

Provisões para sinistros de acidentes de trabalho

No que se refere ao ramo acidentes de trabalho, a provisão para sinistros inclui as seguintes provisões:

Provisão matemática

Esta provisão tem por objetivo registar as responsabilidades da Companhia com sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta de Saúde ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, referentes a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas atuariais estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde.

Esta provisão destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potências incapacidades permanentes, de sinistrados que se encontravam hospitalizados à data das demonstrações financeiras ou que nessa data apresentavam incapacidades temporárias parciais.

A provisão matemática é calculada com base na tábua de mortalidade PF 1946 -49 e com uma taxa de juro de 3,5% e uma carga de gestão e pagamento de 4%, suportada pela Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro. Contudo, para corrigir a desatualização da Tabela a Companhia tem adotado o critério de corrigir no final de cada ano, processo a processo, todos os cálculos de pensões por forma a suavizar a vetustez da Tabela, até que saia uma nova Portaria.

A 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica inclui: (i) O valor das provisões calculadas processo a processo, no montante 21.954.274 ECV; (ii) um montante de 19.689.045 ECV de Provisões para o IBNR e para pensões presumíveis uma verba de 6.856.432ECV para revisões de pensões. No total, a provisão matemática em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 48.499.751 ECV, enquanto em 31 de Dezembro de 2012, ascendia 43.782.275 ECV, conforme ilustra o quadro a seguir.

PROVISÕES MATEMÁTICAS ACIDENTES DE TRABALHO 2013-2012

Ramos Técnicos	2013			2012		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes de Trabalho :						
Provisão Matemática:						
Pensões homologadas	0	0	0			
Pensões definidas	21.954.274	0	21.954.274			
Pensões presumíveis	6.856.432	0	6.856.432			
Provisões para IBNR	19.689.045	0	19.689.045			
	48.499.751	0	48.499.751			

Ramos Técnicos	2013			2012		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes de Trabalho :						
Provisão Matemática:						
Pensões homologadas	0	0	0			
Pensões definidas	20.349.667	0	20.349.667			
Pensões presumíveis	6.910.498	0	6.910.498			
Provisões para IBNR	16.522.110	0	16.522.110			
	43.782.275	0	43.782.275			

Provisão para outras prestações e custos

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros a incorrer com indemnizações por salários perdidos, assistência ambulatória e outras despesas hospitalares, referentes a sinistros do ramo acidentes de trabalho ocorridos no ano ou em anos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta provisão ascende a 84.615.563 ECV, enquanto em 31 de Dezembro de 2012, atingira 60.589.305 ECV.

OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ACTIVO
2013

AJUSTAMENTOS		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	Montantes expressos em ECV
Ajustamentos por cobrar		29.085.235	11.501.134		40.586.369	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa		18.671.900	0	677.745	17.994.155	
		60.589.305	24.704.003	677.745	84.615.563	

Provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR)

Esta provisão destina-se a fazer face a indemnizações por salários perdidos dezembro de 2013, foi e encargos com assistência ambulatória e hospitalar relativos a sinistros do ramo acidentes de trabalho ocorridos e não participados.

PROVISÕES MATEMÁTICAS ACIDENTES DE TRABALHO 2013-2012

Ramos Técnicos	2013			2012		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes de Trabalho :						
Provisão Matemática:						
Pensões homologadas	0	0	0			
Pensões definidas	21.954.274	0	21.954.274			
Pensões presumíveis	6.856.432	0	6.856.432			
Provisões para IBNR	19.689.045	0	19.689.045			
	48.499.751	0	48.499.751			
Acidentes de Trabalho :						
Provisão Matemática:						
Pensões homologadas	0	0	0			
Pensões definidas	20.349.667	0	20.349.667			
Pensões presumíveis	6.910.498	0	6.910.498			
Provisões para IBNR	16.522.110	0	16.522.110			
	43.782.275	0	43.782.275			

Provisões para Sinistros

As Provisões para Sinistros, à data de 31 de Dezembro de 2013, ascenderam a ECV 497.213.458 enquanto em 2012 ficara em ECv 4.77.941.503.

Pela sua natureza, as provisões para Sinistros são obrigações de montante e tempestivamente incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no Balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incertezas e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

No conjunto das provisões para sinistros do ramo não vida, as respetivas ao ramo automóvel têm um peso muito significativo, representando ECV 330.483.595, contrapondo-se ao ano de 2012 que averbou ECV 309.904.280.

Considerando que : (i) os sinistros automóvel de maior gravidade representam uma parcela importante destas provisões (70%), (ii) que a resolução desses processos se tende a prolongar durante anos, as estimativas dos gestores de sinistros têm um impacto significativo sobre esta rubrica.

Montantes expressos em ECV		
Provisões Técnicas	31-12-2013	31-12-2012
Provisões Matemática do Ramo Vida	0	0
Provisão para seguros e operações do ramo vida	93.892.280	67.442.739
Provisões para Prémios Não Adquiridos	138.124.657	150.233.611
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Sinistros		
De Vida	2.630.000	3.712.000
De Acidentes Trabalho	70.919.178	51.603.255
De Automóvel	330.483.595	309.904.280
De Outras Provisões	93.180.685	116.433.968
Provisões para Participação nos Resultados	2.922.851	1.246.265
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Desvios de Sinistralidade	0	0
	732.153.246	700.576.118

Nota 11

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Montantes expressos em ECV		
Provisões Técnicas	31-12-2013	31-12-2012
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	2.482.557	4.033.821
Provisões para Prémios Não Adquiridos	63.978.383	70.183.978
Provisões para Participação nos Resultados	0	0
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0
Provisões para Sinistros	139.081.596	105.148.980
Provisões - De outros Ramos	0	0
De Vida	0	0
	205.542.536	179.366.779

Provisão para custos de gestão de sinistros

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros com a gestão de sinistros ainda não encerrados à data de balanço.

d) Efeitos de Alterações nos pressupostos sobre as provisões para sinistros

A alteração dos pressupostos de cálculo das provisões matemáticas em acidentes de trabalho, nomeadamente das tábuas de mortalidade e taxas de juro, teria um impacto significativo sobre o seu valor.

e) – Reajustamentos nas provisões nas provisões para sinistros em 2013

Os reajustamentos nas provisões para sinistros incidem com frequência nos ramos de acidentes de trabalho e automóvel. Nos restantes ramos, os reajustamentos são pouco significativos.

5. Passivos por contratos de investimentos

Indicação por modalidade e tipo de contratos de seguro e operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos:

PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

	Montantes expressos		
	em ECV	2013	2012
Prémios brutos emitidos de seguro directo		910.624.855	899.037.858
Relativos a contratos individuais		677.866.747	809.105.249
Relativos a contratos de grupo		232.758.108	89.932.609
Periódicos		305.848.116	328.113.734
Não periódicos		604.776.739	570.924.124
De contrato sem participação nos resultados		882.239.605	865.666.916
De contrato com participação nos resultados		28.385.250	33.370.942
Prémios brutos emitidos de Resseguro Aceite		0	0
Saldo do resseguro		0	0
Total		2.731.874.565	2.697.113.574

6. Instrumentos financeiros

Rubricas do balanço

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

	Montantes expressos em ECV	
	Ano 2013	Ano 2012
Caixa	3.859.243	3.250.231
Depósitos em Instituições de Crédito	76.379.548	43.695.349
	80.238.791	46.945.580

6.1. Inventário de participação e instrumentos financeiros, acordo com o modelo apresentado no Anexo 1 é o seguinte:

ANEXO 1

Identificação dos títulos	Quantidade	Montante do Valor	% do valor nominal	Preço médio	Valor total de aquisição	Valor de	Valor de
						nominal	de aquisição
I - Investimentos de Capital e Unidades de participação							
1.1. Acções							
CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	168.032	1.000,00	100%	1.880,34	315.947.287,86	3.000,00	504.096.000,00

CVTELECOM, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	4.800,00	7.200.000,00	6.551,50	9.827.242,68	
ENACOL, S.a.r.l.	1.500	1.000,00	100%	2.100,00	3.150.000,00	3.740,00	5.610.000,00	
IMOPAR, S.a.r.l.	4.000	1.000,00	100%	1.000,00	4.000.000,00	1.000,00	4.000.000,00	
GMT - CABO VERDE, S.A.	7.500	2.750,00	100%	2.750,00	20.625.000,00	2.750,00	20.625.000,00	
	Sub- Total	182.532			350.922.287,86		544.1589.242,68	
1.2. Títulos de participação								
CABO VERDE FAST FERRY,LDA (1)	5.000	1.000	100%	1.000,00	5.000.000,00	1.000,00	5.000.000,00	
CABO VERDE FAST FERRY,LDA (1)	10.000	1.000	100%	1.027,31	10.273.125,00	1.027,31	10.273.125,00	
	Sub- Total	15.000	1.000	100%	15.273.125,00		15.273.125,00	
1.3. Unidades de participação de Fundos de Investimentos Mobiliário								
	Sub- Total	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	
1.4. Unidades de participação de Fundos de Investimentos imobiliário								
TECNICIL , S.A.R.L.	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00	
	Sub- Total	50.000	1.000	100%	1.000,00	50.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
1.5. Outros								
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	22.198	1.000	100%	2.200,00	48.835.600,00	1.294,25	28.729.761,50	
	Sub- Total	273	1.000	100%	2.300,00	627.900,00	1.294,25	353.330,25
		22.471	1.000	1	2.201,21	49.463.500,00		29.083.091,75
2. Títulos da Dívida								
2.1. De Dívida Pública								
Obrigações								
CVOT50314-20001091 - 15-12-2010	2.500	10.000	100%	10.000,00	25.000.000,00	10.000,00	25.000.000,00	
CVOT50314-20001302 - 24-09-2013	48.880	1.000	100%	1.000	48.880.000,00	1.000	48.880.000,00	
	Sub- Total	51.380			73.880.000,00		73.880.000,00	
Obrigações								
Outros Títulos -	0	0	0%	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0	0	0%	0,00	0,00	0	
2.2. De outros emissores públicos								
Obrigações								
OELE B 6,650% -2017 9.521 Obrigações	9.521	1.000	1	1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00	
		9.521	1.000		1.000,00	9.521.000,00	1.000,00	9.521.000,00
Outros Títulos								
2.2. De outros emissores								
INPHARMA,SA	15.089	1.000	100%	1.000,00	15.089.000,00	1.000,00	15.089.000,00	
	Sub- Total				15.089.000,00		15.089.000,00	
3. Estrangeiros								
	Sub- Total	Total geral ...			564.148.912,86		737.004.459,43	

Nota: As Ações da CVFF entraram em imparidade a 100% desde 2012, devido a situação de falência técnica que se antevia, sendo que as cotações das ações na Bolsa de Valores serem inexistentes na data de 31 de Dezembro de 2012.

6.2. Indicação, para os empréstimos e contas a receber classificados pelo justo valor por via de ganhos e perdas.

Não se verificou.

6.3. Indicação, para os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Não se verificou.

6.4. Prestação de informação acerca de reclassificações, incluindo o impacto e a razão da reclassificação .

Vê-se a seguir.

- 6.5.** Indicado a seguir.
- 6.6.** Não indicado.
- 6.7.** Não utilizados
- 6.8.** Não existe

Justo valor.

6.9. As ações da CVTELECOM e da SITA foram valorizadas à melhor estimativa do justo valor à data de 31 de Dezembro de 2013, por ainda não ter as contas aprovadas. Aplicou-se, em termos alternativo, o custo das ações calculado na base da equivalência patrimonial apurada no exercício de 2012 que será corrigido, tão logo as contas forem aprovadas. Quanto às ações da Cabo Verde Fast Ferry, em virtude da situação difícil que atravessava em 2012 constituiu-se uma imparidade a 100% do valor das ações, e no exercício de 2013 manteve-se a imparidade no valor de ECV 15.273.125, não obstante haver uma carta de conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde. Portanto, embora estejam representadas como um Ativo Financeiro as Ações em 31 de Dezembro de 2013 estavam valoradas ao custo zero.

6.10. Já descrito. As quantias escrituradas foram indicadas anteriormente.

6.11. Já descritos.

Contabilidade de cobertura

- 6.12.** Os instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de cobertura são os ativos da Companhia e que se encontram descritos nos ativos dados para representação das provisões técnicas e, cujos períodos estão aí identificados.
- 6.13.** Garantidos.
- 6.14.** Não houve.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Ver o relatório Atuarial que acompanha este relatório.

7. Investimentos em associadas

7.1. Os investimentos feitos em empresas associadas pela percentagem detida no capital social das mesmas, não são significativas e, portanto, legalmente não leva ao controlo e a consolidação das contas.

7.2. A relação dos investimentos encontram-se ilustrados no Anexo 1.- Inventário de títulos e participações financeiras.

7.3. Os investimentos em associadas contabilizadas através do método da equivalência patrimonial, são a CVTELECOM, SA, e a SITA,SA, sendo o ajustamento referente as ações da SITA, S.A. negativo, enquanto o da CVTELECOM, S.A. positiva. As ações da ENACOL, S.A. e a CECV,S.A encontram-se cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

i)- Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacentes, essencialmente como ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber (nota 5).

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) que não se enquadrem na categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos a deter até à maturidade ou empréstimos e contas a receber.

Os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados neste elemento do ativo os depósitos a prazo em instituições de créditos.

ii) – Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alineações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação “trade date”, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição adicionados dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) A Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) – Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada um perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos recebidos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente “bid-price”. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizado (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento: e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor, são registados ao custo de aquisição.

(iv) – Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, a Companhia não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

(v) – Imparidade

A Companhia avalia se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, através dos resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Relativamente aos títulos representativos de capital, a Companhia entende que uma desvalorização de 30% no seu justo valor, face ao seu custo de aquisição, é significativa, e que uma desvalorização do seu justo valor face ao seu custo de aquisição, durante seis meses consecutivos, é prolongada.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, corresponde à diferença entre o custo de aquisição deduzido de qualquer perda de imparidade e o seu justo valor atual, é transferida para resultados. No que respeita a títulos de dívida, se um período subsequente o montante de perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até a reposição do custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, a perda por imparidade anteriormente reconhecida não é reversível.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidos) originará uma perda por imparidade adicional.

De acordo com a IAS 32, no presente exercício foi reconhecido ajustamentos nos ativos financeiros disponíveis para venda devido a cotação na Bolsa de Valores das ações da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde ter-se verificado uma ligeira subida, produzindo um ajustamento de ECV 53.871.059,20 e um ajustamento das ações da SITA, S.A. no valor de 20.380.408,25 ECV, para além de uma imparidade nas ações da CVTELECOM de 1.550.910 ECV e, por último, um ajustamento de verificado nas ações da ENACOL no valor de ECV 885.000,00 pelo justo valor valoradas no mercado bolsista.

b) - Instrumentos financeiros derivados (derivados imbutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade.

No exercício de 2013, a Companhia não efetuou transações/compra de produtos derivados ou detém direitos ou obrigações, sobre qualquer tipo de instrumento financeiro derivado.

c) - Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contatual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos (nomeadamente, depósitos recebidos de resseguradores).

Estes passivos financeiros são registados: (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

d) - Operações em moedas estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de transação (divulgadas pelo Banco de Cabo Verde e outros bancos). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para ECV à taxa de câmbio em vigor na data da operação pela banca comercial. As Instituições Bancárias ao receberem as transferências do exterior convertem, imediatamente, as unidades monetárias recebidas em moeda nacional o que neutraliza a aparição de diferenças cambiais resultantes dessas conversões. Portanto, não são reconhecidas em resultados.

e) - Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Acréscimos e diferimentos

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

	2013	2012	Montantes expressos em ECV
Activo:			
Juros a receber - De Depósitos	13.906.718	8.785.560	
Rendas e alugueres	271.504	604.125	
Titulos de Rendimentos Fixos - De Outros Emissores	514.727	458.387	
Custos diferidos - Publicidade e Propaganda	11.098.061	15.456	
	25.791.010	9.863.528	
Passivo:			
Estimativa para férias e subsídio de férias (Nota)	5.686.061	5.324.692	
Outros Acréscimos de custos	4.227.230	14.662.790	
	9.913.291	19.987.482	

I - Provisões técnicas

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas são as seguintes:

i) – Provisões para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos a data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objetivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. E determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método *prorata temporis* aos prémios brutos emitidos.

Em 31 de Dezembro de 2013 o montante das provisões para prémios não adquiridos de Seguro Direto foi de 138.124.657ECV e representava 15,7% dos prémios brutos emitidos no exercício, enquanto em 31 de Dezembro de 2012 o montante das provisões para prémios não adquiridos de Seguro Direto ascende a 150.233.611ECV e representa 17,93% dos prémios brutos de Seguro Direto emitidos no referido exercício.

ii) – Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pelo Banco de Cabo Verde. Esta provisão é constituída/ reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

De se referir que no exercício de 2013 não houve situações que justificasse a constituição de provisões para Riscos em Curso.

iii) - Provisões para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados a sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. No ramo acidentes de trabalho, na parte não relativa a pensões, e no ramo automóvel, aplicam-se métodos determinísticos e estocásticos para o cálculo desta provisão.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração geral) foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores e pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem paro método de custo médio.

Passou-se a calcular o IBNR pelo processo recomendado pela legislação em vigor, com base em informação financeira e estatística histórica, ao contrário da aplicação de taxas pré definidas pelo Banco de Cabo Verde, cuja metodologia redundou numa redução na provisão de 9.430.806 contos.

As provisões para sinistros não são reconhecidos pelo seu valor atual, com exceção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, que se vinha atualizando-os a uma taxa de juro de 4%.

Em 31 de Dezembro de 2013 as provisões para sinistros ascendiam a 494.583.458 ECV, dos quais cerca de 78.000 contos referentes a processos reclamados judicialmente. Tem-se vindo a adotar o critério de provisionar integralmente o montante reclamado dos processos pendentes e provisionar 50% dos processos que a Companhia obteve sentenças favoráveis, em primeira instância, e para os processos cuja possibilidade de a Companhia poder ser condenada, considerar remota.

Provisões Técnicas	31-12-2013	31-12-2012
Provisões Matemática do Ramo Vida	0	0
Provisão para seguros e operações do ramo vida	93.892.280	67.442.739

Provisões para Prémios Não Adquiridos	138.124.657	150.233.611
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Sinistros		
De Vida	2.630.000	3.712.000
De Acidentes Trabalho	70.919.178	51.603.255
De Automóvel	330.483.595	309.904.280
De Outras Provisões	93.180.685	116.433.968
Provisões para Participação nos Resultados	2.922.851	1.246.265
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Desvios de Sinistralidade	0	0
	732.153.246	700.576.118

Nota 11

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Provisões Técnicas	31-12-2013	31-12-2012	Montantes expressos em ECV
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	2.482.557	4.033.821	
Provisões para Prémios Não Adquiridos	63.978.383	70.183.978	
Provisões para Participação nos Resultados	0	0	
Provisões para Riscos em Curso	0	0	
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0	
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0	
Provisões para Sinistros	139.081.596	105.148.980	
Provisões - De outros Ramos	0	0	
De Vida	0	0	
	205.542.536	179.366.779	

O quadro de Provisões para Sinistros se encontra ilustrado na página 10 e refere-se à nota 18 do Ativo do Balanço.

DIVULGAÇÃO

Em Agosto de 2012 ocorreu um sinistro na empresa SOMACO, Lda. Existindo uma apólice de seguro válida da IMPAR, foi aberto o respetivo processo de sinistro, o qual, face às condições da apólice e do sinistro, foi constituído com uma reserva de 31.500 contos destinado a cobrir o valor reclamado, essencialmente relacionado com stocks.

A análise dos peritos da IMPAR apontou algumas incidências que apontavam para a existência de fatores de exclusão. Contudo, face à intenção do Segurado em reclamar judicialmente a indemnização a IMPAR decidiu manter a reserva constituída, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, ainda que não tenha procedido ao seu pagamento.

Face às incidências do sinistro e condições de exclusão, os resseguradores manifestaram intenção de declinar responsabilidade com este sinistro, pelo que a IMPAR, de acordo com o princípio contabilístico da prudência, decidiu não registar a participação dos resseguradores no custo do sinistro, por entender que não se encontravam reunidas as condições para o reconhecimento do respetivo débito.

Em 2013, já posteriormente ao processo de fecho de contas e na sequência de contactos junto dos resseguradores, promovidos pela Administração da IMPAR foi possível que os resseguradores tenham aceite o referido débito. Assim, em 2013 a IMPAR debitou aos

resseguradores, a sua quota parte no sinistro, no valor de 29.048 contos, tendo em conta o respetivo movimento no seguro directo, de 30.820 contos que havia sido registado no exercício de 2012, o que originou um saldo atípico na conta de exploração do ramo Incêndio.

**PROVISÕES TÉCNICAS POR RAMO DE
SEGURADO DIRETO**

2013

Ramos Técnicos	Provisões para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para riscos em curso	Provisão para desvios de sinistralidade	Montantes expressos em ECV	
					Total de Provisões Técnicas	
Acidentes e doença						
Acidentes de Trabalho	1.360.841	70.919.178	0	0	72.280.019	
Acidentes pessoais e doença	4.370.734	4.438.254	0	0	8.808.988	
Incêndio e outros ramos	58.129.394	45.645.826	0	0	103.775.220	
Automóvel						
Responsabilidade civil	40.555.732	233.757.906	0	0	274.313.638	
Outras coberturas	15.370.968	96.725.689	0	0	112.096.657	
Transportes						
Marítimo Cascos	6.012.425	26.224.257	0	0	32.236.682	
Transporte Mercadoria	819.892	2.855.619	0	0	3.675.511	
Responsabilidade Civil Geral	5.203.360	9.805.519	0	0	15.008.879	
Responsabilidade Civil Aviação	1.628.485					
Diversos	4.700.383	4.211.210	0	0	8.911.593	
Total	138.152.214	494.583.458	0	0	631.107.187	

iv) – Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo Banco de Cabo Verde para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

v) – Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

Nota 11

Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Montantes expressos em ECV

Provisões Técnicas	31-12-2013	31-12-2012
Provisões para Seguros e Outras do Ramo Vida	2.482.557	4.033.821
Provisões para Prémios Não Adquiridos	63.978.383	70.183.978
Provisões para Participação nos Resultados	0	0
Provisões para Riscos em Curso	0	0
Provisões para Estabilização da Carteira	0	0
Provisões para Sinistros - Acidentes de Trabalho	0	0

Provisões para Sinistros	139.081.596	105.148.980
Provisões - De outros Ramos	0	0
De Vida	0	0
	205.542.536	179.366.779

II) - Provisões não técnicas

São reconhecidas provisões não técnicas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ACTIVO

Montantes expressos em ECV

AJUSTAMENTOS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos por cobrar	29.085.235	11.501.134		40.586.369
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	18.671.900	0	677.745	17.994.155
	47.757.135	11.501.134	677.745	58.579.524

17. Ganhos e Perdas realizados em investimentos

Os rendimentos do exercício de 2013 decresceram, em termos absolutos, ECV 27.253.924 face ao período homólogo de 2012, representando em pontos percentuais uma diminuição de 42,3%, em virtude de a nossa participada – CECV –, por determinação do BCV as instituições bancárias, foram aconselhadas a não distribuir dividendos do exercício, reforçando, assim, as provisões técnicas.

RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

2013

2012

Investimentos		Montantes expressos em ECV
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos de participação sociais	1.438.292	29.297.958
Juros de obrigações	5.304.417	10.705.700
Caixa e equivalentes e depósitos bancários		
Juros de depósitos bancários	23.503.082	18.584.192
Terrenos e Edifícios	7.000.070	5.911.935
	37.245.861	64.499.785

18. Ganhos e Perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia nas datas de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, registou na reserva de reavaliação o montante de ECV 201.190.560 e 168.365.819, respetivamente, referentes às mais e menos valias não realizadas de ativos financeiros disponíves classificados para venda.

São apenas registados em Ganhos e Perdas os ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a produtos em que o risco do seguro é suportado pelo Tomador do Seguro (produtos unit linked com risco de seguro). Este impacto em Ganhos e Perdas, durante o ano de 2013, foi de um ganho no valor de Mais-Valias de ECV 54.756.059, sendo ECV 53.871.864 da CECV pela valoração na Bolsa de Valores e ENACOL no

valor de ECV 435.00. e outros de ECV 449.195. As Menos Valias de ECV 21.931.318 registadas, referem-se a perdas na SITA, S.A. calculadas pelo método de equivalência patrimonial.

Todos os outros ajustamentos de justo valor (por exemplo so ativos disponíveis para a venda são registados em reservas de reavaliação.

MAIS E MENOS VALIAS LÍQUIDAS NÃO REALIZADAS DE ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2013			Montantes expressos em ECV
	Mais -valias	Menos-valias	Valor líquido	
Valias não realizadas de investimentos				
Afectos à representação das provisões técnicas	54.756.059	21.931.318	32.824.741	
Não afectos	0	0	0	
	<u>54.756.059</u>	<u>21.931.318</u>	<u>32.824.741</u>	
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar			201.190.560	
	2012			Montantes expressos em ECV
	Mais -valias	Menos-valias	Valor líquido	
Valias não realizadas de investimentos				
Afectos à representação das provisões técnicas	1.321.000	39.287.840	-37.966.840	
Não afectos	0	0	0	
	<u>1.321.000</u>	<u>39.287.840</u>	<u>-37.966.840</u>	
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar			168.365.819	

19. Ganhos e Perdas em diferenças de câmbio

A Companhia regista todas as operações com o exterior em escudos Caboverdianos. Caso houver qualquer recebimento do exterior os Bancos da nossa praça convertem as divisas são convertidas em Escudos Cabo-verdianos e creditados na conta Companhia. Se tratar de pagamentos para o exterior, a Companhia solicita as Instruções financeiras para transferir um determinado montante, passível de justificação, para elas executem a transferência. Em suma, quer o circuito de recebimento, quer o de pagamento se faz através das Instituições da nossa praça.

20. Custos de financiamento

A Companhia financia a sua atividade, essencialmente, através de Capitais Próprios, os quais à data de 31 de Dezembro de 2013 totalizam ECV 984.513.681.O Capital Social ascende a ECV 400.000.000, representado por 400.000 ações., com o valor nominal de 1.000,00 por ação. Durante os três últimos anos a Companhia pagou dividendos por ação de 200 ECV o que corresponde a um valor total de dividendos pagos de ECV 80.000.000. No relatório de Gestão a Companhia propôs a Assembleia Geral o pagamento de dividendos no montante de ECV 90.000.000, representando um dividendo por ação de ECV 225.

21. Gastos diversos por funções e natureza

GASTOS COM PESSOAL POR NATUREZA

	Montantes expressos em ECV	
	2013	2012
Custos com pessoal (Nota 22)	113.676.708	115.699.887
Gastos com fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	3.570.410	5.288.675
Rendas e aluguer	4.541.000	5.213.002

Comunicações	7.810.856	6.908.470
Conservação e reparação	2.427.329	2.165.278
Publicidade e propaganda	13.502.591	19.553.006
Deslocações estadas e despesas representação	5.322.318	3.028.073
Material de Escritório	2.966.576	2.979.400
Quotizações	139.337	105.900
Seguros	1.211.245	407.048
Contencoso e notariado	420.818	467.282
Outros	<u>23.968.088</u>	<u>21.698.994</u>
	<u>65.880.568</u>	<u>67.815.128</u>
Gastos com impostos e taxas	<u>16.462.873</u>	<u>16.913.801</u>
Gastos com amortizações de exercícios		
Activos intangíveis	0	0
Activo tangíveis	<u>21.701.706</u>	<u>18.662.784</u>
Juros de depósitos de resseguradores	0	0
Comissões de Administração de valores	0	0
	<u>104.045.147</u>	<u>103.391.713</u>

A composição desta rubrica segundo a estrutura de gastos por função em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

GASTOS POR FUNÇÕES

	2013		2012	
	Conta técnica - Vida	Conta não técnica - não Vida	Conta técnica - Vida	Conta não técnica - não Vida
Custos de aquisição	4.965.855	67.932.299	4.734.386	72.498.669
Custos Administrativos	3.310.570	45.288.200	3.156.258	48.332.446
Custos gestão dos investimentos	827.643	11.322.050	789.064	12.083.111
Custos com sinistros	<u>7.448.783</u>	<u>101.898.449</u>	<u>7.101.579</u>	<u>108.748.003</u>
	<u>16.552.851</u>	<u>226.440.997</u>	<u>15.781.288</u>	<u>241.662.229</u>
TOTAL DOS CUSTOS POR NATUREZA	<u>242.993.848</u>		<u>257.443.517</u>	

IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS POR NATUREZA - ANO DE 2013

CUSTOS A IMPUTAR	Totais dos Custos por Natureza Imputar - BALANÇETE	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos	
		Vida	Não Vida	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida
Gastos com Pessoal	113.676.708,00	3.484.668,92	47.669.849,68	2.323.112,61	31.779.899,79	1.548.741,74	21.186.599,86	387.185,44	5.296.649,96
Fornecimentos e Serviços Externos	65.880.568,00	2.019.516,32	27.626.739,28	1.346.344,22	18.417.826,18	897.562,81	12.278.550,79	224.390,70	3.069.637,70
Impostos e Taxas	16.462.872,98	504.656,26	6.903.636,59	336.437,50	4.602.424,39	224.291,67	3.068.282,93	56.072,92	767.070,73
Amortizações do Exercício	21.701.705,51	665.248,49	9.100.518,99	443.498,99	6.067.012,66	295.666,00	4.044.675,11	73.916,50	1.011.168,78

Outras Provisões	25.271.993,70	774.692,83	10.597.704,33	516.461,89	7.065.136,22	344.307,93	4.710.090,81	86.076,98	1.177.522,70
TOTAIS	242.993.848,19	7.448.782,82	101.898.448,87	4.965.855,21	67.932.299,24	3.310.570,14	45.288.199,50	827.642,54	11.322.049,87

109.347.231,69 72.898.154,46 48.598.769,64 12.149.692,41

22. Gastos com Pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, o número médio de Colaboradores ao serviço da Companhia era de 67.

O montante dos custos com o Pessoal durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi o seguinte:

DESPESAS COM O PESSOAL COMPARADAS COM PERÍODO HOMÓLOGO :

Montantes expressos em ECV

	31-Dez-13	31-Dez-12	%
Despesas com o Pessoal	113.676.708,00	115.699.887	102%
Remunerações			
- Dos Órgãos Sociais	9.569.136	9.569.136	100%
- do Pessoal	51.891.988	49.612.549	96%
Prémio de Produção - Administradores Executivos *	6.244.716	6.791.384	109%
Remunerações Adicionais			
- Subsídios Férias - Administradores Executivos	548.428	548.428	100%
- Subsídios Férias - Pessoal	4.412.612	4.139.444	94%
- Subsídios Natal - Administradores Executivos	621.428	797.428	128%
- Subsídios Natal - Pessoal	4.424.052	4.325.507	98%
- Ajudas de Custo - Administradores Executivos	538.166	588.760	109%
- Ajudas de Custo - Pessoal	1.332.336	1.368.596	103%
- Prémios de Produção do Pessoal	3.907.655	4.010.764	103%
- Outros	7.471.909	6.659.417	89%
Encargos sobre Remunerações			
- INPS Órgãos Sociais	927.008	919.168	99%
- INPS do Pessoal	10.693.574	10.335.959	97%
Seguros Obrigatórios	3.624.973	3.501.660	97%
Custos ação Social *	5.432.697	8.693.794	160%
Outros Custos com Pessoal			
- Formação	416.803	1.936.263	465%
- Outros	1.619.227	1.901.630	117%
TOTAL	113.676.708	115.699.887	102%

23. Obrigações com benefícios dos Empregados

Para efeito de aplicação da IAS 19, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos Colaboradores deve ser reconhecido quando o respetivo benefício é auferido, isto é, à medida que o Colaborador vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e os ativos adquiridos para cobrir essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

O Fundo é financiado e alimentado anualmente pelo custo dos prémios relativos ao Seguro de Grupo de Saúde – Profissões Liberais -, no entanto anulado, por falta de Resseguro, de que beneficiavam os Administradores Executivos e todos os trabalhadores da Companhia.

O valor dos prémios para financiamento / alimentação do Fundo será atualizado em função da evolução do quadro de pessoal da Companhia e da inflação registada no País. Os saldos positivos ou negativos de gestão do Fundo em cada anuidade transitam para o ano seguinte, reforçando ou reduzindo as suas disponibilidades financeiras.

Note-se que o gasto, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Companhia entrega anualmente ao fundo FEPS – Fundo Especial de Promoção da Saúde dos Trabalhadores, é antes dado em função dos resultados obtidos.

As características da população dos participantes são as seguintes:

BENEFÍCIOS		
	2013	2012
No activo		Montante expresso em ECV
Numero de participantes	66	65
Idade média	36	36
Antiguidade média na actividade seguradora	7,41	6,56
Saldo médio anual (ECV)	65.398	69.161

24. Imposto sobre rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do IUR – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IUR, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2013 e 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e taxa de incêndio Municipal de cerca de 25,5%, as quais correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A 31 de Dezembro de 2013, a Companhia apresenta uma estimativa de gasto por impostos correntes no valor de 27.912.21ECV, enquanto no ano anterior foi de 14.695.012,39 ECV

No exercício de 2013, não existem ajustamentos no período de impostos correntes de exercícios anteriores.

25. Capital

O capital social encontra-se representado por 400.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1,000 ECV, integralmente subscritas e realizadas. A estrutura acionista da Companhia é a seguinte, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012:

PARTICIPAÇÃO DOS ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS NO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

	2013	2012	Montantes expressos em ECV
JVC - Holding, SGPS	80.000.000	80.000.000	
GEOCAPITAL, S.a.	80.000.000	80.000.000	
SOCIEDADE COMERCIAL VASCONCELOS LOPES, Lda	80.000.000	80.000.000	
ING - Investimentos e Gestão, S.a:	80.000.000	80.000.000	
EMPREITEL FIGUEIREDO, Lda	18.551.600	18.551.600	
Diversos Accionistas	<u>61.448.400</u>	<u>61.448.400</u>	
	<u>400.000.000</u>	<u>400.000.000</u>	

26. Reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Cabo-verdiana, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimento disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de impostos diferidos.

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados. Exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Companhia fechou o exercício de 2013 com um montante de capitais próprios de ECV 984.513.681, valor inferior ao registado em 2012, 920.052.867,31 ECV. Este acréscimo é explicado pelo ajustamento feito às ações da Caixa Económica de Cabo Verde que sofreram uma variação positiva na Bolsa de Valores, tendo a cotação das ações passado de 2.700,00 ECV em 2012 para 3.000 ECV em 2013 cuja valorização foi registado na reserva de reavaliação, refletindo o impacto das valias não realizadas em investimentos financeiros e em outras reservas.

No final de 2013 os capitais próprios representaram 2,46 mais do que o capital social, quando no final de 2012 a taxa de cobertura era de 2,3.

27. Resultados por Ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuído aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação.

RESULTADO POR ACÇÃO ATRIBUIDO A CADA ACCIONISTA

Montantes expressos em ECV

	2013	2012
Resultado líquido atribuível aos Acionistas	90.000.000	80.000.000
Número médio ponderado das ações em circulação	400.000	400.000
Resultado por ação básico atribuível aos Acionistas	225	200
Resultado por ação / valor nominal	22,5%	20%

28. Dividendos por Ação

Durante o exercício de 2013 a Companhia pagou dividendos aos acionistas no montante de 80.000.000ECV, conforme distribuição dos resultados do ano de 2012 aprovado em Assembleia Geral de Acionistas.

O RAI - Resultado antes do Imposto, apurado em 2013, situa-se no valor de 139.548.283 ECV ,e em 2012 122.958.307,70 ECV. O Conselho de Administração vai propor uma entrega de dividendos aos acionistas no montante igual ao do exercício anterior, ou seja, de 90.000.000 ECV, correspondendo a um dividendo de 225ECV por ação.

A aplicação do resultado proposta pelo Conselho de Administração é a seguinte (conforme Relatório de Gestão):" O Resultado líquido do exercício é positivo em 111.636.073ECV, propondo-se a transferência de 11.163.607 ECV para Reserva Legal; Para Reservas Livres 10.472.466ECV e para o pagamento de dividendos aos Acionistas, o montante de 90.000.000 ECV, o que corresponde um dividendo de 225 ECV por ação".

29. Transações entre partes relacionadas

A IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas – o objeto desta Norma é de assegurar que as demonstrações financeiras de uma entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção para a possibilidade de que a sua posição financeira e resultados possam ter sido afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos pendentes com tais partes.

A Companhia está inserida no Grupo financeiro com a CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., forma um bloco – Bancassurance -. A Companhia utiliza como canal de distribuição os balcões da CAIXA. A Companhia detém 11,3% do capital social da CAIXA.

Transações entre a Companhia, os Acionistas e a CAIXA

A Companhia comercializa produtos de seguros dos ramos não vida com o acionista Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda.

O total de recibos emitidos durante o exercício de 2013 foram de ECV 1.375.827 e o total de recibos cobrados foi do mesmo montante, cuja a diferença entre os emitidos e os cobrados da conta-corrente apresentava em 31 de Dezembro de 2013 o saldo zero.

A Companhia mantém um protocolo com a CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, aproveitando os canais de distribuição desta, aliás, como acontece com as outras instituições bancárias. No exercício de 2013 foram emitidos e enviados 2.447 recibos de prémios à CECV no valor de 15.063.491 ECV para serem cobrados nos balcões da CECV, dos quais 34 recibos foram anulados e que correspondem a 384.366 ECV, tendo sido cobrados o montante de 13.847.784 ECV que representa o equivalente a 2.275 recibos cobrados.

A CAIXA é remunerada mediante taxas de cobrança pelos serviços de cobrança de recibos de prémios de seguros que presta a Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos em aberto de remunerações de cobrança a pagar à CAIXA, era nulo, em virtude de as comissões serem retiradas automaticamente, na base uma tabela estipulada para o efeito.

30. Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nos anos de 2013 e 2012, os fluxos de caixa foram os que a seguir se apresentam. No mapa, os valores positivos representam entradas de fluxos de caixa e os valores negativos representam saídas de fluxos de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31
Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

	Montantes expressos em ECV	
	31-Dez-13	31-Dez-12
	Valores	Valores
Método Directo		
Actividades operacionais		
Recebimentos de prémios	884.830.522,00	898.134.407,60
Recebimentos de reembolsos	32.694.092,40	25.479.583,00
Recebimentos de operações de seguro directo e co-seguro	121.165.830,00	123.701.460,00
Recebimentos de operações de resseguro	4.828.848,00	2.328.402,00
Pagamentos de sinistros	-242.965.244,00	-257.500.884,00
Pagamentos de comissões	-15.338.261,00	-24.124.735,00
Pagamentos de estornos	-45.742.200,00	-32.613.050,00
Pagamentos de operações de co-seguro	0,00	

Pagamentos de operações de resseguro	-363.867.398,11	-306.833.078,86
Pagamentos a fornecedores	-65.880.568,00	-64.424.372,00
Pagamentos ao pessoal	-113.676.708,00	-115.699.887,00
Fluxo gerado pelas operações	196.048.913,29	248.447.845,74
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-14.850.772,00	-28.472.218,15
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	0,00	0,00
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	181.198.141,29	219.975.627,59
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	1.463.708,00	1.304.076,62
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	6.032.116,58	6.600.197,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	188.693.965,87	227.879.901,21
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	48.490.000,00	12.872.175,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Activos tangíveis	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Rendas de propriedades de investimento	7.000.070,00	5.911.935,00
Juros e proveitos similares	1.404.184,00	500.512,00
Dividendos	2.378.490,28	1.988.490,28
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-46.974.537,59	-23.278.982,28
Activos tangíveis	-41.177.419,00	-99.836.790,58
Activos intangíveis	-47.966,00	-56.661,00
Fluxo das actividades de investimento (2)	-28.927.178,31	-101.899.321,58
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-79.527.997,00	-79.035.000,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-79.527.997,00	-79.035.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	80.238.790,56	46.945.579,63
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	46.945.579,63	90.352.231,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	80.238.790,56	46.945.579,63
Caixa e seus equivalentes no início do período	46.945.579,63	89.992.162,17

Caixa e seus equivalentes no fim do período	80.238.790,56	46.945.579,63
---	---------------	---------------

Em resultado das entradas e saídas de caixa, a rubrica de variação de Caixa e seus Equivalentes, no início do exercício apresentava ECV 46945.579 e no final do período sofreu um aumento na variação de caixa e sus equivalentes para ECV 80.238.790

31. Compromissos

Nada a registar.

32. Passivos contingentes

Não se registou ocorrências que justifiquem ser relatadas neste relatório

33. Concentrações de atividades empresariais

Não se aplica nesta Companhia em relação às Participadas.

34. Elementos extrapatrimoniais

Embora o Plano atual contempla registo de contas extrapatrimoniais, a Companhia as utilizou.

35. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respetivos impactos.

Na preparação do balanço de abertura, no exercício findo em 31 de Dezembro 2010 e 31 de Dezembro de 2011, na informação comparativa, a Companhia ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros e outras disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde - Entidade de Supervisão das Seguradoras em Cabo Verde, sendo o impacto no Capital Próprio da transição em 31 de Dezembro de 2010, relatados nas Contas de 2011.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Nada a relatar.

37. Outras informações

A seguir apresentaremos alguns quadros que eventualmente possam elucidar, para esclarecimento de eventuais questões anteriormente ficaram menos esclarecidas.

Diversas informações constantes dos quadros a seguir ilustrados.

- a). O Anexo 1 já está inserto nesse relatório.
- b). Descriminação de alguns valores por ramos

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos (*)	Custos e gastos de aquisição brutos (*)	Montantes expressos em ECV
					Saldo de Resseguro
SEGURO DIRECTO					
Vida	60.912.030	0	29.783.196	345.225	30.783.609
Acidentes e doença	119.169.840	5.731.575	66.772.342	1.186.062	56.943.011
Incêndio e outros ramos	158.374.912	58.129.394	-1.737.797	6.519.686	211.722.417
Automóvel					
Responsabilidade civil	236.567.159	40.555.732	198.833.940	3.173.751	75.115.200
Outras coberturas	82.992.157	15.370.968	69.754.642	414	28.608.069
Transportes	185.562.414	8.460.802	13.726.089	3.001.622	177.295.505
Responsabilidade Civil Geral	28.757.636	5.203.360	1.599.590	1.136.608	31.224.798
Diversos	9.554.457	4.700.383	5.283.528	1.968	8.969.344
Total	881.890.605	138.152.214	384.015.530	15.365.336	620.661.953

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos (*)	Custos e gastos de aquisição brutos (*)	Montantes expressos em ECV
					Saldo de Resseguro
SEGURO DIRECTO					
Vida	52.715.525	52.715.525	61.375.090	5.080.465	-23.451.198
Acidentes e doença	104.471.878	101.867.325	6.514.401	1.198.221	-51.801.387
Incêndio e outros ramos	159.970.430	177.190.223	30.247.675	6.643.949	-135.263.899
Automóvel					
Responsabilidade civil	242.887.267	240.069.098	177.292.774	4.563.281	-20.566.709
Outras coberturas	104.015.634	102.030.299			
Transportes	100.273.810	97.144.764	7.435.695	3.042.953	-98.703.338
Responsabilidade Civil Geral	55.200.211	45.248.407	-6.137.099	1.128.010	-45.813.465
Diversos	18.273.311	22.812.507	219.817	30.084	0
Total	837.808.066	839.078.148	276.948.353	16.606.498	-375.599.996

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVOS A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS

ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECCÕES) -2013

IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.

Montantes expressos em
ECV

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	3.712.000,00	1.200.000,00	2.500.000,00	-12.000,00
Não Vida				
Acidentes e doença	42.856.773,00	6.888.722,00	23.231.526,00	-12.736.525,00
Incêndio e outros danos	55.184.168,00	427.164,00	42.783.118,00	-11.973.525,00
Automóvel	209.139.178,00	56.998.932,00	183.416.220,00	31.275.974,00
Transportes	41.985.115,00	14.905.987,00	22.377.008,00	-4.702.120,00
Responsabilidade Civil Geral	11.988.485,00	5.000,00	8.096.845,00	-3.886.640,00
Diversos	17.000,00	0,00	0,00	-17.000,00
Total	361.170.719,00	79.225.805,00	279.904.717,00	-2.040.197,00
Total geral	364.882.719,00	80.425.805,00	282.404.717,00	-2.052.197

* - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Margem de Solvência

De acordo com a legislação vigente, as Companhias seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representem certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos. De acordo com a legislação vigente, as seguradoras que tenham uma insuficiência de margem de solvência devem submeter às autoridades competentes um plano de recuperação tendo em vista restabelecer a sua situação financeira, existindo sanções em caso de incumprimento destes dispositivos.

À data de 31 de Dezembro de 2013, os elementos constitutivos da margem de solvência da Companhia, era no valor 904.514 contos, cumprem a legislação vigente sobre a matéria. Considerando que a margem de solvência exigível, na mesma data, ascende a 274.721 contos, verifica-se um excesso de cobertura da margem de solvência de 629.793 contos, o que corresponde a uma taxa de cobertura da margem de solvência a constituir de 329%.

O quadro seguinte resume a situação de cobertura da margem de solvência, 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

MARGEM DE SOLVÊNCIA 2013 -2012

	2013	2012
Margem de solvência disponível	904.514	904.608
Margem de solvência exigível	274.721	318.798
Excessos de margem de solvência	629.793	585.810
Taxa de cobertura da margem de solvência	329%	284%



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

	Montantes expressos em ECV	
	31/dez/13	31/dez/12
	Valores	Valores
Método Directo		
Actividades operacionais		
Recebimentos de prémios	884 830 522,00	898 134 407,60
Recebimentos de reembolsos	32 694 092,00	25 479 583,00
Recebimentos de operações de seguro directo e co-seguro	121 165 830,00	123 701 460,00
Recebimentos de operações de resseguro	4 828 848,00	2 328 402,00
Pagamentos de sinistros	-242 965 244,00	-257 500 884,00
Pagamentos de comissões	-15 338 261,00	-24 124 735,00
Pagamentos de estormos	-45 742 200,00	-32 613 050,00
Pagamentos de operações de co-seguro	0,00	
Pagamentos de operações de resseguro	-363 867 398,11	-306 833 078,86
Pagamentos a fornecedores	-65 880 568,00	-64 424 372,00
Pagamentos ao pessoal	-113 676 708,00	-115 699 887,00
Fluxo gerado pelas operações	196 048 912,89	248 447 845,74
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-14 850 772,00	-28 472 218,15
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	0,00	0,00
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	181 198 140,89	219 975 627,59
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	1 463 708,00	1 304 076,62
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	6 032 116,58	6 600 197,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	188 693 965,47	227 879 901,21
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	48 490 000,00	12 872 175,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Rendas de propriedades de investimento	7 000 070,00	5 911 935,00
Juros e proveitos similares	1 404 184,00	500 512,00
Dividendos	2 378 490,28	1 988 490,28

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012

	Montantes expressos em ECV	
	31/dez/13	31/dez/12
	Valores	Valores
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-46 974 537,59	-23 278 982,28
Activos tangíveis	-41 177 419,00	-99 836 790,58
Activos intangíveis	-47 966,00	-56 661,00
Fluxo das actividades de investimento (2)	-28 885 539,31	-101 858 047,58
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-79 527 997,00	-79 035 000,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-79 527 997,00	-79 035 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	80 280 429,16	46 986 853,63
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	46 945 579,63	90 352 231,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	80 238 790,56	46 945 579,63




DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 de Dezembro de 2012 a 31 de Dezembro de 2013

Montante expresso em ECV

DESCRIPÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)										Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados				
Balanço a 31 de Dezembro de 2012		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	74 029 424,12	190 144 624,58	0,00	168 365 818,61	0,00	0,00	80 000 000,00	920 052 867,31	0,00	920 052 867,31
Correcções de erros (IAS8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de Políticas contabilísticas (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos/Perdas líquidas por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Balanço de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2013		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	74 029 424,12	190 144 624,58	0,00	168 365 818,61	0,00	0,00	80 000 000,00	920 052 867,31	0,00	920 052 867,31
Aumentos/Reduções de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transacção de acções próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 824 740,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustamentos por reconhecimento de imposto diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Distribuição de reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alterações de estimativas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 000 000,00	-80 000 000,00	0,00	-80 000 000,00	
Total das variações do capital próprio		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	74 029 424,12	190 144 624,58	0,00	201 190 559,56	0,00	0,00	0,00	840 052 867,31	0,00	840 052 867,31
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2013		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	74 029 424,12	190 144 624,58	0,00	201 190 559,56	0,00	0,00	0,00	872 877 608,26	0,00	872 877 608,26
Distribuição antecipada de lucros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111 636 073,19	0,00	111 636 073,19
Balanço a 31 de Dezembro de 2013		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	74 029 424,12	190 144 624,58	0,00	201 190 559,56	0,00	0,00	0,00	984 513 681,45	0,00	984 513 681,45

